

Artigo 1º

Âmbito de aplicação

1. O presente regulamento aplica-se a todos os estudantes matriculados e inscritos nos ciclos de estudos em funcionamento nos estabelecimentos de ensino superior tutelados pela CESPUP, CRL.
2. Aos estudantes que frequentem cursos de pós-graduação ou outros cursos/unidades extracurriculares é aplicável o presente regulamento, com as necessárias adaptações, exceto no que diz respeito ao valor da propina e ao sistema de pagamento, os quais são fixados especificamente pelo órgão de direção da Entidade Instituidora.

Artigo 2º

Valor da propina

1. O valor da propina dos ciclos de estudos conferentes de grau é aprovado anualmente pela CESPUP, CRL, ouvidos os órgãos de direção dos estabelecimentos de ensino, sendo tornadas públicas antes da inscrição dos estudantes.
2. A propina é uma prestação de valor anual, que se vence integralmente no ato de formalização da matrícula ou inscrição, abrangendo um máximo de até 60 (sessenta) créditos ECTS para um estudante em regime de tempo integral, conferindo ao estudante, designadamente, os seguintes direitos:
 - a) Direito de frequentar aulas e outras atividades letivas desenvolvidas no âmbito das unidades curriculares (UC) em que esteja validamente inscrito e beneficiar de acompanhamento por parte dos docentes responsáveis por essas unidades curriculares;
 - b) Direito de ver avaliados os seus conhecimentos sobre as matérias objeto das UC atrás referidas, bem como as competências a eles associados;
 - c) Direito de utilizar, respeitando as respetivas normas e usos de utilização e horários, as bibliotecas, os centros de informática, laboratórios e outras estruturas de apoio ao ensino existentes nos estabelecimentos de ensino.
3. Quando esteja prevista em Regulamento Pedagógico dos estabelecimentos de ensino, pela inscrição em UCs que no ano letivo excedam 60 ECTS é também devida uma propina, de valor anual indexado a ECTS, na medida em que excedam aquele limite.

Artigo 3º

Modalidades de pagamento e prazos

1. A propina de cada ano letivo pode ser paga:
 - a) De uma só vez:
 - i) Tratando-se de estudante com 1ª matrícula/inscrição: no ato de matrícula/inscrição;
 - ii) Demais estudantes: até ao dia 8 do mês de setembro.
 - b) Em doze prestações mensais e sucessivas:
 - i) Tratando-se de estudante com 1ª matrícula/inscrição: a 1ª prestação é paga no ato da matrícula/inscrição sendo as seguintes pagas até ao dia 8 dos meses de outubro a agosto, inclusive;

Classificação da informação: Informação pública

- o ingresso em data posterior a outubro implica o pagamento no ato da matrícula/inscrição das prestações das propinas do(s) mês (meses) anterior(es);
- Em situações de início tardio dos ciclos de estudos (designadamente de mestrados, cursos de pós-licenciatura, outros) será determinado caso a caso o mês de pagamento da 1ª prestação, sendo as demais pagas até o dia 8 dos meses subsequentes, até completar a totalidade das prestações

ii) Demais estudantes: 1ª prestação é paga até ao dia 8 dos meses de setembro a agosto.

2. Formas de pagamento:

a) a propina pode ser paga através de referência multibanco disponibilizada através do Inforestudante, paypal, tickets ensino e educação, cheque, cheque estudante e numerário.

b) excepcionalmente, aceita-se o pagamento através de ATM (com cartão, MBWAY) e por transferência bancária (neste último caso mediante autorização expressa para o efeito).

3. No caso de pagamento presencial: quando o dia 8 coincida com o encerramento dos serviços (fim de semana, feriado, período não abrangido por serviços mínimos), o pagamento presencial tem de ser realizado no 1º dia útil imediatamente seguinte.

Artigo 4º

Pagamento fora de prazo da propina

1 - Os estudantes que não paguem a prestação da propina nos prazos estabelecidos terão de liquidar a importância em dívida acrescida de multas de valor fixado anualmente, agravadas consoante o pagamento seja efetuado:

- a) Do 9º dia ao 15º dia do mês do pagamento;
- b) Do 16º dia do mês de pagamento até ao último dia do mesmo mês;
- c) Até ao último dia do mês seguinte.

2 - O não pagamento das prestações com multa no prazo máximo de dois meses implica a suspensão da matrícula/inscrição anual a partir do 1º dia do 3º mês até à regularização dos emolumentos.

3 - A suspensão da matrícula/inscrição anual implica para o estudante:

- a) Restrição de acesso à plataforma de gestão académica designada por "Inforestudante";
- b) A privação do direito de assistir às aulas;
- c) A privação do direito de inscrição em exames; se o estudante realizar avaliação que não exija inscrição (exames de época normal ou outras avaliações) não serão anunciadas, afixadas ou de qualquer forma publicitadas as classificações obtidas;
- d) Não emissão de quaisquer certidões ou outros documentos académicos relativos ao ano letivo a que o incumprimento respeita, inclusivamente as atinentes à conclusão de curso.

4 – O pagamento tardio dos débitos e das multas previstas confere o direito à frequência às aulas e inscrição em exames que se realizem em data posterior ao pagamento, não havendo reposição das atividades e avaliações que, entretanto, hajam decorrido.

5. Os pagamentos que ocorram fora dos prazos determinados têm de ser articulados com a Secretaria Geral para emissão de referências de pagamento.

Artigo 5º

Do incumprimento definitivo da obrigação de pagamento da propina

1 - Considera-se haver incumprimento definitivo do pagamento da propina quando, decorridos dez dias úteis após a suspensão da matrícula/inscrição, o estudante não pagar as prestações da propina vencidas e multas aplicáveis.

2 - Havendo incumprimento definitivo do pagamento da propina, e sem prejuízo de posterior reclamação judicial dos débitos do estudante, a CESPUP, CRL procede à anulação da matrícula, por comunicação escrita enviada ao estudante devedor.

3 - A anulação de matrícula declarada pela CESPUP, CRL produz os seguintes efeitos imediatos:

- a) O devedor perde a qualidade de estudante do estabelecimento de ensino da CESPUP, CRL, ficando privado definitivamente dos direitos previstos no art. 2º;
- b) Nulidade de todos os atos curriculares praticados no ano letivo a que o incumprimento da obrigação se reporta;
- c) Comunicação da anulação ao ministério da tutela responsável pela atribuição de bolsas de estudo, quando aplicável.

4 - Os eventuais registos de resultados no sistema de informação relativos a um dado ano escolar são de efeito nulo para os estudantes em incumprimento, até à regularização da dívida referente a esse ano letivo.

5 - Só podem inscrever-se num novo ano escolar os estudantes que tenham a sua situação emolumentar regularizada relativamente aos anos anteriores, perdendo a matrícula os que o não tiverem feito.

Artigo 6º

Anulação da matrícula/inscrição a pedido do estudante

1 – Aos pedidos de anulação de matrícula/inscrição no ano letivo de ingresso no curso, aplica-se o seguinte:

a. **Concurso institucional**

- i. **Estudantes admitidos na 1ª fase:** haverá lugar ao reembolso do valor de propina e seguro escolar pagos, se, no prazo de dois dias úteis após publicação dos resultados da 1ª Fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior Público, cumulativamente:
 - O estudante apresentar pedido escrito e fundamentado, em modelo disponibilizado pelos serviços;
 - A vaga disponibilizada pela anulação for ocupada.

ii. **Admitidos na 2ª fase ou fases seguintes:** o estudante pode pedir a anulação da matrícula até 10 dias úteis após o início do ano letivo ou, se realizada após início de ano letivo, até 10 dias úteis após a formalização da matrícula; neste caso não há lugar ao reembolso de qualquer dos emolumentos pagos, mas não é aplicado o previsto no n.º 2 do presente artigo.

b. **Concursos e Regimes Especiais de acesso:** independentemente das fases, o estudante poderá pedir a anulação até 10 dias úteis após a formalização da matrícula, ainda que em momento anterior ao início do ano letivo, sem reembolso de qualquer dos emolumentos pagos; neste caso não é aplicado o previsto n.º 2 do presente artigo.

2 – Ao pedido de anulação de matrícula/inscrição requerido em ano letivo subsequente ao ano letivo da admissão **ou** formalizado no ano letivo de ingresso, mas em data posterior à descrita no anterior ponto 1 aplica-se o seguinte, independentemente do motivo alegado:

- a) Pedidos de anulação formalizados até 31 de dezembro de cada ano: é devido o pagamento do correspondente a 50% do valor da propina anual;
- b) Pedidos de anulação formalizados até ao início das aulas do 2º semestre: é devido o pagamento do correspondente a 75% do valor da propina anual;
- c) Pedidos de anulação formalizados em data posterior ao prazo da anterior alínea b): é devido o pagamento do valor total da propina anual.

3 – O estudante terá de liquidar no prazo de quinze dias úteis contados do pedido de anulação e a CESPU, CRL devolverá no mesmo prazo, os valores que decorreram da aplicação das regras definidas no n.o anterior.

4 - Situações especiais:

- a) Para aplicação do disposto no anterior n.o 2, alínea a) nos ciclos de estudos com início das atividades letivas a partir de dezembro inclusive, a anulação tem de ser feita até ao último dia de aulas do 1o semestre;
- b) Nos ciclos de estudos de mestrado com anos curriculares com UCs exclusivamente anuais serão determinados anualmente os prazos referidos no ponto anterior.

5 - Se o estudante for recolocado em outro curso de estabelecimento de ensino superior da CESPU proceder-se-ão aos acertos de contas aplicáveis.

6. O requerimento de anulação de matrícula/inscrição faz-se através do Inforestudante.

Artigo 7º

Frequência de unidades curriculares avulsas

A propina a pagar pelos estudantes que frequentem unidades curriculares de ciclos de estudos conferentes de grau mas que não estejam matriculados e inscritos no curso como estudantes ordinários - situação designada de frequência avulsa/UC isoladas, estão sujeitos ao pagamento de propina anual indexada aos ECTS, nas modalidades e condições que forem definidas anualmente pela CESPU, CRL, sendo-lhes aplicável o previsto no presente Regulamento, com as necessárias adaptações.

Classificação da informação: Informação pública

Artigo 8º

Certidões, diplomas e cartas de curso

1 - A emissão de qualquer certidão, diploma ou carta de curso só será feita depois do pagamento integral da propina ou da(s) prestação(ões) vencida(s) à data do pedido.

2 - As fichas de unidades curriculares concluídas por aproveitamento apenas são disponibilizadas aos estudantes mediante pagamento prévio da propina anual ou das prestações vencidas à data do requerimento.

Artigo 9º

Norma revogatória e entrada em vigor

O presente regulamento revoga o precedente com a mesma designação e entra em vigor a partir do ano letivo de 2022-2023 inclusive, podendo ser alterado em qualquer altura, mediante a aprovação do órgão de direção da CESPU, CRL.

Regulamento aprovado pela Direção da CESPU, CRL